

ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica*

Apresentação

Anna Jaguaribe

* Publicado originalmente na revista *Cadernos de Opinião*, nº 14, out/nov de 1979.

O depoimento sobre o Iseb aqui publicado, reedição de um texto da revista *Cadernos de Opinião* de 1979, é particularmente oportuno. Situa histórico e intelectualmente, de forma abrangente, o papel do Iseb na construção do nacional desenvolvimentismo, oferecendo ao leitor a possibilidade de refletir sobre os embates teóricos e políticos enfrentados pelos intelectuais públicos no Brasil dos anos 1950, contrastando-os com os de hoje.

O depoimento aponta para problemas e predicamentos que são fios condutores do debate público no Brasil até hoje. Temas centrais à discussão do Iseb, como as condições da industrialização brasileira, alianças em torno de grandes mudanças e a posição do Brasil frente aos desafios do contexto internacional, se recolocam em 2014 como um espelho convexo no debate sobre os rumos da economia.

O texto se organiza em torno a três grandes questões relativas aos trabalhos do Iseb: a historiografia e temática (o que se logrou e o que se ambicionava), a análise teórica sobre os prismas interpretativos da realidade brasileira, e, por fim, a discussão histórico-política sobre o legado do Iseb.

No que diz respeito à historiografia institucional, relata-se a passagem do Iseb de uma instituição engajada na análise e formulação de ideias sobre as transformações possíveis na sociedade brasileira a uma instituição de debate e militância política. A controvérsia sobre o livro de Jaguaribe *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de 1958, foi o divisor de águas nesse percurso institucional, provocando, como detalhado no texto, a saída do autor do Iseb naquele ano. O depoimento relata como, por meio dessa evolução institucional, mudam a visão e os métodos de ação institucional, mas permanece central a preocupação com o nacional desenvolvimentismo.

O Iseb, na sua primeira fase, 1955-1958, que corresponde aos anos de liderança e participação ativa do autor, se distinguia por preocupações metodológicas e políticas, ambas intimamente associadas. Buscava-se uma metodologia de análise

da realidade brasileira e a formulação de um ideário político para a sua transformação: o nacional desenvolvimentismo. A preocupação metodológica se centrava na procura de instrumentos analíticos e prismas teóricos que refletisse a singularidade da sociedade brasileira e seu momento histórico e escapasse do dualismo entre positivismo e marxismo. A segunda preocupação dos isebianos era entender a realidade brasileira no contexto das grandes transformações do pós-guerra e as possibilidades de impulsionar a passagem da sociedade de um mundo agrário-mercantil para um mundo industrial democrático.

Nesse contexto, o nacional desenvolvimentismo era uma análise política portadora de uma visão de futuro, ou, como explícita no depoimento Jaguaribe, uma ideologia, no sentido de Karl Mannheim,¹ que se baseava em uma interpretação histórico-política da realidade nacional. A importância da busca metodológica estava exatamente nessa duplicidade teórico-política. Tratava-se de ultrapassar uma visão idealista da história e captar a singularidade do momento histórico, definindo a possibilidade de um empenho político pela análise dos agentes sociais. O nacional desenvolvimentismo era uma visão de futuro, um objetivo político, mas também uma estratégia de transformação.

A polêmica mais tarde suscitada entre a teoria da dependência e os desenvolvimentistas estava justamente neste ponto. Segundo Fernando Henrique Cardoso, Günter Frank e outros teóricos da dependência da época, o nacional desenvolvimentismo propagado pelo Iseb nas suas primeiras fases pretendia um papel para a burguesia nacional para o qual esta não estava preparada, sendo contida em sua posição periférica por condicionantes financeiros e comerciais. Esta controvérsia, amplamente debatida nos anos 1970, levou Jaguaribe a rebater que a teoria da dependência colocava um foco excessivo em fatores externos à sociedade nacional, o que impedia a percepção de janelas de oportunidade históricas. Oportunidades, segundo o autor, já reconhecidas e utilizadas por industriais como Simonsen e Lodi e amplamente aproveitadas pelo governo Kubitschek.

A busca por entender como o Brasil se situa no contexto das grandes transformações mundiais vai acompanhar toda a obra do autor e explica seu empenho no Iseb por uma análise de conjuntura dupla: associando condições nacionais ao internacional e estudando os processos de institucionalização da política e as condições sociais para o exercício do poder. Os *Cadernos de Nosso Tempo*, publicação coordenada por Helio Jaguaribe nos anos 1950, para a qual contribuem muitos dos intelectuais que irão mais tarde se congregarem no Iseb, tinha como lema “O Mundo na Perspectiva do Brasil e o Brasil na Perspectiva do Mundo”.

A preocupação com a política e a institucionalização do poder se exprimia na indagação de como determinações históricas específicas incidem sobre as relações de poder, possibilitando ou limitando escolhas e opções políticas. Em outro texto/depoimento² sobre o Iseb, Jaguaribe observa que toda universalidade deve partir de uma situação concreta, existencial e até mesmo pessoal, importando, por isso

1. Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia*, define ideologias como parciais e totais. As ideologias totais a que se refere o autor significam categorias de pensamento que organizam a visão do mundo.

2. O depoimento se encontra no acervo de papéis do Iepes.

mesmo, o uso de categorias universais e pessoais de forma reversível.

Preocupação existencial que Ortega y Gasset explicita no conceito de “eu e minhas circunstâncias”. No Brasil, país profundamente influenciado pela discussão política e filosófica europeia, Ortega y Gasset foi uma influência fundamental para os intelectuais dessa geração. Será igualmente pela Espanha que chegam ao Brasil as traduções em espanhol dos trabalhos de filósofos alemães.

Segundo Jaguaribe, o Iseb, na fase inicial, foi influenciado pelo pensamento germânico, em particular as ideias de Max Scheler, Max Weber e Cassirer, autores que dão ênfase à subjetividade e contextualizam o fato social. Sob esta influência, o Iseb vai buscar conduzir seus estudos e análises para além das correntes de pensamento positivista: integralistas ou marxistas separando-se ao mesmo tempo de uma visão histórica idealista.

O embate entre positivismo e marxismo que se inicia então (e continuará nas ciências sociais, nas décadas de 1970/1980, como controvérsia entre funcionalismo e marxismo) se centrava, como argumenta o autor, na explicação do fato social, visto não como uma coisa, mas como um evento relacional, inserido em um determinado contexto cultural e intencional.

A controvérsia com o marxismo se confinava a uma leitura bastante limitada e por vezes literal da obra de Marx, centrando-se em problemas da teoria do valor e na atribuição da cultura como superestrutura das relações de produção. O dualismo positivista/marxista representava um entrave ao nacional desenvolvimentismo na razão direta em que condicionava a ação dos agentes sociais à sua atual situação de classe ou de interesse, fazendo com que a visão nacional desenvolvimentista, baseada na superação das limitações das relações de produção imperantes, fosse ou errônea ou utópica.

Essa controvérsia sobre determinismos foi hoje largamente superada pela evolução teórica nas ciências sociais, em particular pela incorporação na análise social da história econômica de tradição braudeliana, dos trabalhos de Polanyi da análise sobre variedades de capitalismo e pelas vertentes institucionalistas da economia. Para o Iseb, em sua fase inicial, as questões metodológicas e teóricas eram centrais tanto pelas ideias como pela política. A metodologia era o fiel da balança de uma análise histórico-política que era também estratégica.

O Iseb surgiu com o intuito de debater e compreender o novo mundo que surgiu da crise dos anos 1920. A geração que floresceu intelectualmente em 1950 enfrentou o eixo transformador que foi a Segunda Guerra, a recriação dos Estados nacionais na Europa, a expansão americana e os primórdios da construção do Estado de bem-estar. Uma geração para a qual as transformações em curso forçavam os limites explicativos das teorias sociais existentes.

A disputa positivista/marxista era importante nesse contexto porque colocava limites no transformismo de reformas políticas e sociais. Implicava, como assinala o autor, em uma leitura sempre “idealista da possibilidade reformista”,

presumindo que em uma sociedade de classes o reformismo fosse sempre a racionalização de um egoísmo de classe, tornando pouco provável a cooperação para grandes objetivos comuns.

Esse embate sobre a construção de “consensos políticos” era o fulcro da questão isebiana e era central ao nacional desenvolvimentismo enquanto visão de futuro. Visão que procurava cimentar um pacto de interesses entre burguesia, setores de classe média e o proletariado industrial a favor do desenvolvimento industrial.

O Iseb nasceu e floresceu em um mundo cultural onde as influências preponderantes eram históricas e filosóficas e precedeu a sistematização dos cânones de análise da ciência política que se inicia nos tardos anos 1960 nos Estados Unidos, chegando ao Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Sistematização que, na busca por rigor acadêmico e metodológico, conduziu à adoção de protocolos conceituais, que se tornaram globais: funcionalismo, neo-weberianismo, neocorporativismo, escola de Frankfurt e variedades de marxismo, entre outros. Esta sistematização, que certamente diminui a angústia conceitual e facilita a pesquisa, tira ao mesmo tempo originalidade da produção conceitual nacional.

O Iseb se postulou como uma instituição de pensamento crítico da sociedade brasileira dos anos 1950 e da sua ordem vigente e conseguiu, ao menos nas suas primeiras fases, como indica o autor, alcançar certa unidade de ideias. Não obstante as três fases do instituto descritas no texto, permanece o compromisso com o objetivo do desenvolvimento nacional e sua tese de que para lograr empreendê-lo era necessário mobilizar o país por meio de um projeto nacional-desenvolvimentista.

Os debates político-metodológicos dos primórdios do Iseb contêm uma particular originalidade conceitual na análise e descrição de fatos nacionais. Conceitos como Estado patrimonial, sociedade clientelista e, mais tarde, disfuncionalidade das elites, temas centrais no trabalho de Jaguaribe dos anos 1950 a 1980, são ideias germinadas nessa época.

O depoimento aqui publicado, escrito 20 anos após a saída do autor do Iseb, no âmbito de um Brasil fechado pelo regime militar e em plena mudança do arcabouço explicativo das ciências sociais no Brasil, revela as angústias de aproveitar ou não janelas de oportunidade históricas para o desenvolvimento nacional. Datam dessa época a obra de Jaguaribe *Desenvolvimento social e desenvolvimento político* e vários textos sobre Brasil e Argentina, que enfocam a preocupação em consolidar uma geopolítica regional capaz de alargar as oportunidades de desenvolvimento industrial do Brasil e da região.

Ademais do interesse histórico e político sobre o Iseb e seu papel no debate nacional, o que sobressai nas páginas desse depoimento é o grau de criatividade, a despeito de armadilhas intelectuais e ideológicas que circundavam a discussão sobre o nacional desenvolvimentismo no Iseb.

Propósito deste estudo

O presente estudo tenciona ser um breve depoimento e uma reapreciação crítica sobre o Iseb. Como um dos protagonistas centrais do movimento que conduziu à criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e como ativo membro do Instituto no seu período inicial (1955-1958), minhas reflexões sobre a obra e a significação do Iseb têm necessariamente o caráter de um depoimento. Por outro lado, decorridos 20 anos desde a data em que me afastei do Instituto e 15 anos desde a dissolução do Iseb pelo golpe militar de 1964, as importantes modificações ocorridas no país e no mundo, no curso desses anos, inclusive no plano das ideias, bem como no que se refere à minha própria evolução intelectual, requerem uma reapreciação crítica dos objetivos a que se dedicou o Iseb e do modo pelo qual tentou realizá-los.

Este breve estudo compreende três partes. A primeira tem por fim apresentar um sucinto histórico das origens do Iseb e de suas atividades. A segunda parte focaliza os propósitos do Instituto e, na medida em que tenha logrado certa unidade de ideias e de ação, sob a variedade de posições de seus principais membros, visa a delinear suas teses centrais e sua proposta nacional-desenvolvimentista e a referir seus mais importantes trabalhos. A última parte deste estudo consiste numa intensa tentativa de reapreciação crítica da obra do Iseb.

Embora faça referência, quando necessário, a atividades do Iseb posteriores à minha saída do Instituto, em março de 1959, este estudo focaliza, principalmente, a fase inicial do Iseb e o movimento de ideias que o precedeu e levou a sua constituição. Tal procedimento se deve a duas razões. De um lado, porque este estudo constitui, sobretudo, um depoimento, circunscrito, por isso, ao período em que participei das atividades do Iseb.

De outro lado porque, passado o momento repressivo, representativo de ideologias de extrema direita, que levou à dissolução do Instituto em 1964 e que tinha por alvo a imagem e as posições do Iseb da última fase (1960-1964), são as formulações da fase inicial do Instituto e do movimento de ideias que o precedeu que marcaram historicamente o perfil do Iseb e que constituem, atualmente, objeto de estudos interpretativos e de polêmicas.

No plano da teoria geral o Iseb tinha uma dupla preocupação. De um lado, se empenhava num esforço visando a superação das limitações histórico-sociológicas do positivismo e do marxismo. De outro, dentro desse intento de uma abordagem superadora daquelas posições, se empenhava em alcançar um atendimento da problemática sociocultural do nosso tempo.

1. Origens e histórico do Iseb

Origens

O Iseb constituiu um aperfeiçoamento institucional de um movimento de ideias que vinha de anos anteriores. Seu antecessor remoto foi o grupo da “5ª Página”, que mantivera em 1949, a partir de 24 de julho, o equivalente a um suplemento cultural na 5ª página do *Jornal do Commercio*, aos domingos. Os antecessores imediatos do Iseb foram o “Grupo de Itatiaia” e o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp).

O Grupo de Itatiaia se tornou conhecido por essa designação pelo fato de que seus integrantes se reuniram na sede do Parque Nacional de Itatiaia, no último fim de semana de cada mês, a partir de 1952. O local, posto à disposição do grupo pelo então ministro da Agricultura, João Cleophas, foi escolhido por se encontrar a meio caminho entre Rio e São Paulo. E lá se manteve, de 1952 a princípios de 1953, um centro informal de estudos, integrado por jovens intelectuais cariocas e paulistas.

Do Rio iam Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Ignacio Rangel, José Ribeiro Lira, Cleantho de Paiva Leite, Cid Carvalho, Fabio Breves, Ottolmy Strauch, Heitor Lima Rocha, além de eu próprio. De São Paulo iam Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto.

Os estudos e debates do grupo se orientavam no sentido de tentar uma integração entre uma compreensão geral da problemática sociocultural de nosso tempo e uma compreensão econômica, social, cultural e política da realidade brasileira. O grupo era bastante heterogêneo. Os paulistas, de formação e vocação filosófica, tinham posições de direita, muitos oriundos do integralismo. Os cariocas eram estudiosos das ciências sociais e tinham posições tendencialmente de esquerda.

A experiência do Grupo de Itatiaia, intelectualmente muito estimulante, estava marcada, entretanto, pela dicotomia de enfoque e de tendências ideológicas precedentemente aludidas. O resultado foi o de se configurar, para o grupo carioca, a necessidade de dar maior sistematicidade a esses estudos, através da criação de um centro de caráter permanente, assim nascendo, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), do qual fui designado secretário-geral. Os paulistas se afastaram da iniciativa, com exceção de Roland Corbisier, que superou suas anteriores posições de direita e se transferiria, mais tarde, para o Rio de Janeiro.

O Ibesp manteve, de 1953 a 1955, uma intensa atividade intelectual, organizando cursos e conferências, publicando textos e editando uma revista, *Cadernos do Nosso Tempo*, de que saíram cinco números. Era difícil,

entretanto, para o grupo, sustentar toda essa atividade intelectual a partir, principalmente, de fundos extraídos de seus próprios salários. Eram todos jovens iniciando suas carreiras, uns no serviço público, outros, como Cândido Mendes e eu, dedicados, na época, a uma incipiente advocacia. O Ministério da Educação, graças a Anísio Teixeira e a Almir de Castro, nos proporcionava algumas facilidades: instalações para os cursos, um pouco de ajuda financeira para a revista. Mas esse generoso apoio era insuficiente e o crescente peso econômico que recaía sobre o grupo ameaçava tornar inviável a iniciativa.

Foi assim que se decidiu, em 1954, encontrar uma fórmula pública para o Instituto. A oportunidade se apresentou quando Gilberto Amado foi designado chefe do gabinete de Antonio Balbino, ministro da Educação. Gilberto Amado e Antonio Balbino aceitam a ideia de constituir um equivalente brasileiro ao Collège de France ou, em termos latino-americanos, ao Colegio de México, participando eu, ativamente, dos trabalhos preparatórios dessa instituição. O golpe de 24 de agosto de 1954 interrompeu, infelizmente, essa iniciativa, como tantos outros projetos importantes do governo Vargas.

Afortunadamente, entretanto, o novo presidente Café Filho designa ministro da Educação um homem de ampla cultura e visão intelectual, o professor Cândido Motta Filho. Este encontra, entre os estudos deixados por seu antecessor, o projeto do Colégio do Brasil e resolve dar-lhe continuidade, embora em escala mais modesta, como o exigiam as novas circunstâncias do país. E assim, contrariando as tendências gerais do governo Café Filho, surge finalmente, no âmbito do Ministério da Educação, por decreto presidencial de julho de 1955, um conjunto de atividades de estudos e ensino, com plena autonomia de pesquisa e de cátedra, sob a denominação de Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

O Iseb era dirigido por um colegiado, o Conselho Curador, que designava, livremente, seu diretor executivo. Integravam o primeiro Conselho Curador Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Helio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier. Este último, transferindo-se para o Rio de Janeiro, foi designado diretor do Instituto.

O Iseb dispunha, naquela época, de uma verba de seis mil contos por ano, o que correspondia, mais ou menos, ao valor aquisitivo de quatro milhões de cruzeiros. Tratava-se, portanto, de uma verba modesta. Para assegurar ao Instituto mínimas condições de atuação, os membros deliberaram que trabalhariam sem remuneração os que dispusessem de outras fontes de renda. Assim Álvaro Vieira Pinto, chefe do Departamento de Filosofia, Cândido Mendes, de História, Ewaldo Correia Lima, de Economia, e eu, de Ciência Política, ficamos sem qualquer remuneração. Apenas Roland Corbisier, como diretor, e Guerreiro Ramos, como chefe do Departamento de Sociologia, percebiam ordenado. Com isto foi possível dispor de um mínimo de recursos para as pesquisas e as publicações do Iseb.

Histórico

O Iseb iniciou suas atividades no ano mesmo de sua constituição, com um curso de introdução aos problemas do Brasil. Funcionou, inicialmente, no edifício do próprio Ministério, usando o auditório para suas classes. Tempos depois, tive a sorte de descobrir uma ampla e bela casa colonial, cercada por um pequeno, mas bonito, parque, na Rua das Palmeiras, em Botafogo, que pertencia a uma autarquia da União. Foi possível, assim, negociar a transferência da posse dessa casa para o Iseb e nela instalar o Instituto, que lá permaneceu até sua dissolução, em 1964.

No curso de seus dez anos de existência o Iseb atravessou três distintas fases. A fase inicial vai da constituição do Instituto, em 1955, à crise suscitada em torno do meu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado em 1958.

A crise dividiu ao meio o grupo do Iseb opondo os que afirmavam, como era o meu caso, o primado da vocação problematizante do Instituto e os que, com Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, entendiam que a fase teórica do Instituto já se havia esgotado, impondo-se, a partir de então, uma postura de militante proselitismo. Numa enorme discussão, em dezembro de 1958, em sessão conjunta do Conselho e da Congregação que se prolongou pela madrugada adentro, prevaleceu, finalmente, pela escassa maioria de um voto, o ponto de vista problematizante. Roland Corbisier, entretanto, valendo-se de suas facilidades de contacto com o presidente Kubitschek logrou, durante as férias, modificar os estatutos do Iseb, por novo decreto presidencial, privando o Conselho de poder decisório e concentrando toda a autoridade na pessoa do diretor. Ante tal fato, o grupo de posição problematizante se afastou coletivamente do Iseb em março de 1959.

A fase intermediária, de 1959 a 1960, corresponde ao período em que o Iseb ficou sob a direção exclusiva de Roland Corbisier. Em 1960 Roland Corbisier, eleito deputado estadual, se afasta do Instituto, que entra em sua fase final sob a direção de Álvaro Vieira Pinto, até sua dissolução em 1964.

Continuador do Ibsp, o Iseb, em sua fase inicial, prossegue, com maiores recursos humanos e materiais, as atividades por aquele começadas. Essas atividades, através de cursos, conferências, ensaios e livros, se realizam em três planos principais. Um plano de teoria geral. Um plano de teoria aplicada à análise da realidade brasileira. E um plano orientado para o encaminhamento de uma práxis política.

No plano da teoria geral o Iseb tinha uma dupla preocupação. De um lado, se empenhava num esforço visando a superação das limitações histórico-sociológicas do positivismo e do marxismo. De outro, dentro desse intento de uma abordagem superadora daquelas posições, se empenhava em alcançar um atendimento da problemática sociocultural do nosso tempo.

No plano dos estudos brasileiros o Iseb se dedicava a um intento de análise estrutural-econômica, social, cultural e política da realidade brasileira, com o propósito de estabelecer os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional.

Finalmente, no plano da práxis política, o Iseb se propunha, a partir de seus estudos precedentes, a contribuir para a formulação de uma ideologia estrutural e faseologicamente adequada à mobilização da sociedade brasileira para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional. Essa ideologia era o nacionalismo desenvolvimentista.

A segunda fase do Iseb se caracterizava, a meu ver, por uma transferência de ênfase. Enquanto a primeira fase fora teorizante e problematizante, a segunda se tornou predominantemente militante. O grupo que permaneceu no Iseb, depois da grande controvérsia de dezembro de 1958, considerava que os principais problemas teóricos e metodológicos já haviam sido equacionados. Tratava-se, agora, de mobilizar o país, através do nacionalismo desenvolvimentista, para as grandes tarefas do desenvolvimento.

A terceira fase do Iseb mantém, com ênfase ainda maior, o compromisso militante, já então com a prática exclusão das preocupações teóricas da fase inicial. Distingue-se esta última fase da precedente pelo fato de que a ideologia do Iseb se radicaliza, na direção de um socialismo populista. O nacional-desenvolvimentismo fora concebido, inicialmente, com uma posição centro-esquerda, em que se considerava, por razões empírico-pragmáticas, que a direção do processo caberia necessariamente à burguesia nacional, implicando, por isso, toda uma série de requisitos táticos, decorrentes dos interesses daquela classe. O último Iseb, radical-populista, considera o país em vias de ingressar em um momento revolucionário, conduzido pelo próprio processo de radicalização do governo Goulart. Dentro dessas circunstâncias, o Iseb se constitui em um dos centros de pressão para incrementar tal radicalização e se dedica à formulação de projetos de reforma social.

2. Propósitos e realizações do Iseb

Unidade e diversidade

É um fato observável que o Iseb logrou alcançar certa unidade de ideias. Por outro lado, como já foi referido, importa distinguir as três fases do Instituto. Através delas permaneceu constante o compromisso do Iseb com o objetivo do desenvolvimento nacional e sua tese de que, para lograr empreendê-lo, era necessário mobilizar o país através de uma ideologia e de um projeto nacional-desenvolvimentistas. Cada uma das três fases, entretanto, teve suas características próprias, diferenciando-se, significativamente, o sentido centro-esquerda da primeira formulação do projeto nacional-desenvolvimentista, baseado numa aliança de classes sob a direção da burguesia nacional, da formulação radical de esquerda, do último Iseb, sob a direção de uma *intelligentsia* revolucionária e das lideranças sindicais.

Diria, assim, no que se refere à imagem política do Iseb, que esta se polarizou entre o primeiro e o último Iseb, entre um Iseb moderado e um Iseb

radical, tendo a imagem do último prevalecido, na consciência pública, sobre a do primeiro. Foi o último Iseb que, por sua militância de base, sobretudo entre a juventude universitária, atraiu apoio de massa e se converteu em símbolo da contestação radical. Por isso mesmo foi ele também que se constituiu em alvo principal da retaliação reacionária.

Diversamente, no que se refere a sua imagem intelectual, foi o primeiro Iseb o que configurou o sistema de ideias com os quais se identificou o Instituto. Por isso mesmo que essa primeira fase se concentrou numa tarefa problematizante, tentando superar certas limitações das perspectivas positivistas e marxista e buscando um entendimento novo do nosso tempo e do nosso país, suas formulações tiveram um grande sentido inovador e marcou a personalidade intelectual do Instituto.

É interessante observar, como já foi assinalado por outros analistas, que os membros do Iseb, particularmente em sua primeira fase, tinham posições pessoais bastante diferenciadas. Creio se as poderia, em grandes linhas, dividir em três principais grupos. O grupo que teve mais influência na formulação das teorias isebianas compreendia pessoas que estavam diretamente interessadas no intento, já várias vezes referido, de superar as limitações teóricas do positivismo e do marxismo. Situando-me a mim mesmo nesse grupo nele incluiria Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes e Ewaldo Correia Lima. A essas pessoas importava, então, ademais de uma revisão teórica e metodológica das ciências sociais, tentar uma compreensão integrada do nosso tempo e do nosso país. E as movia o propósito de esboçar, dentro do histórico socialmente viável, as linhas básicas de um projeto que otimizasse as possibilidades de desenvolvimento nacional do Brasil.

Diversamente, Nelson Werneck Sodré, então coronel, que representava, na fase inicial do Iseb, o elo entre os intelectuais e os militares nacionalistas, era um historiador de assentadas convicções marxistas, cuja coincidência com o grupo anterior se dava, predominantemente, no plano das aplicações de ordem concreta ou prática. A posição de Nelson Werneck Sodré seria futuramente ampliada, com a incorporação de gerações mais jovens e com a radicalização da linha política de Roland Corbisier e de Álvaro Vieira Pinto. Durante a primeira fase do Iseb, sua influência, como ele próprio o observa em seu livro *A verdade sobre o Iseb* (Rio de Janeiro: Avenir Edit., 1978), seria de segundo plano.

Entre essas duas posições situava-se, no Iseb da fase inicial, um terceiro grupo, que estava menos interessado em teorias e problemas gerais e mais orientado para estudos setoriais ou específicos, no plano da economia ou de outras disciplinas, como era na época o caso de Celso Furtado, então concentrado no problema do Nordeste e, de um modo geral, os de Gilberto Paim, Ignácio Rangel e outros, incluindo gente que dava ao Iseb uma contribuição mais ocasional.

Posições teóricas básicas

Há algo de inevitavelmente arbitrário no intento de destacar as posições básicas e as teses centrais na obra do Iseb, mesmo restringindo-se esse intento à fase inicial do Instituto. Ademais da diversidade de posições pessoais, precedentemente referida, a obra do Iseb, embora orientada por um plano geral, foi um projeto muito espontâneo, dependendo da motivação intelectual de seus membros e se distribuindo por disciplinas e níveis muito diversos.

De um modo geral, por influência do grupo mais generalista, o Instituto, como já mencionado, tendia a conceber sua tarefa em três níveis. Um nível teórico geral, compreendendo problemas de caráter teórico-metodológico, ou referidos à problemática geral do mundo contemporâneo. Um nível de “*middle range theory*”, encaminhado para a análise estrutural do Brasil. E um nível “*policy oriented*”, dirigido à identificação e formulação de um projeto e de uma concepção ideológica visando à mobilização da sociedade brasileira para o esforço do desenvolvimento nacional.

Esses três níveis conduziram, no fundamental, a três principais posições teóricas e a uma proposta ideológica. Tratar-se-á desta última subseqüentemente. As três posições teóricas podem ser resumidas, a meu ver, da seguinte forma:

- (1) Posição epistemológica caracterizada por um realismo perspectivístico e crítico;
- (2) Posição histórico-sociológica orientada por uma tentativa de superação das limitações do positivismo (coisificação do evento social) e do marxismo (materialismo histórico e teoria do valor-trabalho) e encaminhada para um culturalismo intercondicionado pelos fatores reais da existência;
- (3) Teoria relativista das ideologias, considerando-as em função das condições estruturais e históricas de cada sociedade.

A posição epistemológica do Iseb não chegou a ser objeto de tratamento explícito, salvo em discussões internas de caráter mais ocasional. Ela estava implícita, entretanto, de forma bastante clara, no culturalismo realista dos teóricos do Iseb, bem como em sua expressa adoção de uma postura perspectivista crítica, como em Ortega y Gasset, sob alguns aspectos e, mais abrangentemente, em Georges Gurvitch. Tal posição importava na negação de todas as formas de idealismo e conseqüente afirmação da realidade do mundo e de sua inteligibilidade. Mas importava, igualmente, no reconhecimento de que a realidade é condicionada pela perspectiva do sujeito cognoscente (negação de todos os positivismos) e de que as relações humanas são inerentemente imbuídas de valores e de intencionalidade (criticismo).

O intento, no plano da teoria histórico-sociológica, de superação do positivismo e do marxismo, estava orientado, no que tange ao primeiro, para a contestação

da tese da uniformidade, em todas as ciências, dos métodos e requisitos para determinar a verdade científica. As ciências sociais — como sustentaram Dilthey, Rickert ou Weber — requerem um método interpretativo, alheio ao domínio das ciências da natureza, porque o objeto daquelas está sempre carregado de uma significação. Por outro lado, o fato social não é uma “coisa” e sim um evento relacional, inserido num determinado contexto cultural e intencional.

Relativamente ao marxismo, a crítica do Iseb se exercia em dois principais níveis. No de ordem mais geral, contestava a validade do materialismo histórico. A consciência não depende unilateralmente da existência, nem, histórico-sociologicamente, é a cultura mera superestrutura das forças e dos modos de produção. Os subsistemas sociais mantêm entre si uma relação circular de causalidade, em que os processos culturais e os econômicos se condicionam mutuamente, nenhum deles sendo inerentemente infra ou superestrutural. No nível mais restrito da teoria econômica, o Iseb contestava a validade da teoria do valor-trabalho e considerava que o fenômeno da mais-valia — implicando relações de poder além de econômicas — tem de ser explicado sociologicamente, não se podendo ignorar, como acentuaram a escola de Viena e os marginalistas, o valor de oportunidade, numa teoria geral do valor.

Essas ideias se encontram expressamente formuladas, inicialmente, nos trabalhos correspondentes às fases da *5ª Página* e de Itatiaia. Na *5ª Página do Jornal do Commercio* foram amplamente apresentadas e discutidas, sobretudo por Oscar Lorenzo Fernandez e por mim mesmo, em artigos e ensaios publicados na segunda metade de 1949. Assim, relativamente a Oscar Lorenzo Fernandez, em seus estudos sobre Kant (24/7 e 7/8), sobre Nicolai Hartmann (4/9), em suas *Meditações preliminares sobre o poder* (11/9, 18/9 e 25/9), em sua série sobre *O problema da posição existencial do homem* (2/9, 9/10, 23/10, 30/10 e 18/12), além de em outros escritos. No que me diz respeito, essas ideias foram ventiladas em trabalhos como *Um prefácio* (24/7), *O saber e a cultura* (31/7), *A missão da América Latina* (7/8, 14/8 e 21/8), na série *Considerações sobre o fascismo* (14/9, 11/9, 18/9 e 30/10), em *Problemática da cultura* (2/10), em *Nossa época e a cultura ocidental* (16/10), *A existência no regime de massas* (23/10), *Sobre nossa época* (20/11) e em *O regime existencial de massas* (18/12), entre outros trabalhos. Em período posterior, na fase do Ibsp e de *Cadernos de Nosso Tempo*, essas ideias se encontram discutidas em *Apresentação* (CNT, n. 1), *A crise de nosso tempo e do Brasil* (CNT, n. 2), *O golpe de agosto* (CNT, n. 3), *Análise existencial da realidade brasileira* (CNT, n. 4), *Para uma política nacional de desenvolvimento* (CNT, n. 5), entre outros estudos. Na fase do Iseb, propriamente dita, essas mesmas ideias voltaram a ser formuladas em livros de Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes e de minha autoria. Mencionem-se, entre os mais típicos, *A redução sociológica* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958) de Guerreiro Ramos, *Formação e problemas da cultura brasileira* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958) de Roland Corbisier, *O nacionalismo*

na atualidade brasileira (Rio de Janeiro: Iseb, 1958), de Helio Jaguaribe, *Consciência e realidade nacional* (Rio de Janeiro: Iseb, 2 volumes, 1960) de Álvaro Vieira Pinto e *Nacionalismo e desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Iseb, 1963) de Cândido Mendes. Ademais de nos trabalhos publicados, essa temática foi abundantemente tratada nos cursos do Ibsp e do Iseb, de 1953 a 1960.

A terceira linha central das ideias do Iseb, que também se acha amplamente discutida nas publicações referidas, assim como nos cursos, se refere à teoria da ideologia. Nesse campo, o Iseb acompanhou a Karl Mannheim e à sociologia do conhecimento nele inspirada, introduzindo, nessas concepções, alguns elementos próprios.

Mannheim, como é sabido, procura, a partir de Marx e de seu entendimento da ideologia como falsa consciência, generalizar a hipótese e — omitida para fins de síntese sua distinção entre ideologia e utopia — apresentar o pensamento ideológico como o que busca emprestar validade geral ou universal a propostas decorrentes de interesses de classe e de grupo. A esses interesses o Iseb denominou de

As ciências sociais – como sustentaram Dilthey, Rickert ou Weber – requerem um método interpretativo, alheio ao domínio das ciências da natureza, porque o objeto daquelas está sempre carregado de uma significação. Por outro lado, o fato social não é uma “coisa” e sim um evento relacional, inserido num determinado contexto cultural e intencional.

“interesses situacionais”. Esses interesses estão sempre ocorrendo em qualquer sociedade (omitida a hipótese limite da sociedade sem classes), mas sua formulação, em termos de propostas e projetos para a sociedade, em seu conjunto, não se diferencia, apenas, pela respectiva origem de classe.

Diferencia-se, ademais, em função de duas variáveis. A primeira, referida à classe, diz respeito à medida em que esta tem maior ou menor consciência de seus próprios interesses, o que enseja graus diversos de representatividade. A segunda variável diz respeito à sociedade em seu conjunto, dada uma determinada situação histórico-social. Forças e interesses antagônicos estão permanentemente se confrontando, em um momento dado, em qualquer sociedade. Nem todas essas forças, todavia, naquele momento, dispõem objetivamente de condições para liderar aquela sociedade e nem todos os projetos objetivamente implementáveis são igualmente convenientes (ou inconvenientes), para a mesma sociedade, em seu conjunto. Para exprimir essa variável o Iseb, sob inspiração da filosofia da existência, elaborou a categoria da “autenticidade”. São mais ou menos autênticas, as formulações ideológicas, na medida em que, de um lado, tenham maior ou menor possibilidade objetiva de se imporem socialmente — requisito de vigência — e, de outro lado, tenham maior ou menor validade para as outras classes e demais grupos sociais, além dos imediatamente vinculados aos interesses situacionais que tal ideologia exprima — requisito de generalidade.

A partir dessa teoria geral da ideologia o Iseb, depois de longas discussões prévias, nas fases de Itatiaia e do Ibesp, concluiu que, nas condições objetivas do Brasil e do mundo, na década de 1950, era a burguesia nacional brasileira o setor de classe que dispunha, objetivamente, da capacidade de liderar o processo do desenvolvimento nacional e de imprimir, à formulação ideológica de seus interesses situacionais, um sentido que, ademais de representativo de tais interesses, fosse, naquelas condições histórico-sociais, o mais conveniente para o conjunto do país.

O projeto nacional-desenvolvimentista

De todos os empreendimentos do Iseb, o que teve maior repercussão pública e se constituiu no âmago da mensagem do Instituto foi sua proposta de um projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil, formulando os delineamentos gerais desse projeto e tentando mobilizar ideologicamente, em torno dele, os setores progressistas da burguesia, da classe média e do proletariado.

O projeto nacional-desenvolvimentista não resultou de uma elaboração ocasional. Desde o primeiro momento, o movimento de ideias que conduziria ao Iseb se preocupou em estudar as relações entre as ideologias, as estruturas sociais e as fases históricas de uma sociedade. Como se indicou precedentemente, o Iseb foi levado a adotar, a esse respeito, uma posição mannheimeana, com algumas modificações. Por outro lado, no que diz respeito à problemática brasileira, o grupo iniciador do Iseb, nas fases de Itatiaia e do Ibesp, tentou primeiramente, por deliberada opção metodológica, uma abordagem utópica. À semelhança de Platão, tentando, na *República*, encontrar a solução ideal para a organização da polis, buscou-se formular, para os problemas estruturais brasileiros, um modelo e um projeto idealmente otimizantes. Esses estudos conduziram a um informe, *A crise brasileira*, de sentido radicalmente socialista, publicado no primeiro número de *Cadernos de Nosso Tempo*.

Formuladas as grandes linhas desse modelo ideal, o Ibesp e, em sua continuidade, o Iseb, se empenharam em determinar, em função das condições reais do Brasil e do mundo, naquela época, que projeto social poderia, com o máximo de representatividade e de autenticidade — entendidos esses conceitos no sentido previamente indicado — se aproximar, adequadamente, do “modelo ideal” e assegurar o desenvolvimento nacional brasileiro. A resposta foi o projeto nacional-desenvolvimentista.

O projeto nacional-desenvolvimentista tinha, como ponto de partida, o objetivo de equacionar três principais elementos: (1) realização, a mais acelerada possível, de um grande projeto integrado de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Brasil; (2) implementação desse projeto a partir das condições efetivamente existentes no Brasil e no mundo, na década de 1950 e dentro de uma concepção social-humanista, implicando uma democracia política e

social e um encaminhamento da sociedade para a plena realização racional, livre e igualitária, das potencialidades individuais do homem; (3) constatação de que o Brasil e o mundo ocidental, a que está vinculado, são sociedades de classe, em diversos estágios evolutivos do capitalismo, que apresenta, no Brasil, determinadas características fundamentais.

Estas características, por sua vez, foram entendidas, no fundamental, da seguinte forma: (3.1) fase de transição de uma sociedade agromercantil, exportadora de produtos primários e importadora de acabados, em uma sociedade industrial; (3.2) divisão do país, sem prejuízo de sua estratificação por classes sociais e dos conflitos daí decorrentes, em dois grandes blocos antagônicos de setores de classe, compreendendo, respectivamente, os setores progressistas da burguesia (empresariado industrial), da classe média (técnicos e gerentes) e do proletariado (operariado industrial), interessados em acelerar e aprofundar o processo de industrialização e os setores retrógrados dessas mesmas classes, latifúndio-mercantilista, na burguesia cartorial, na classe média do campesinato e do baixo terciário clientelístico, no proletariado, interessados em preservar as estruturas e o regime do antigo Brasil agromercantil; (3.3) exercício, pelo empresariado industrial (burguesia nacional) de manifesta e indisputável liderança do bloco progressista, ocorrendo uma coincidência básica, embora extremamente assimétrica, entre os interesses situacionais dessa burguesia e os setores progressistas das demais classes. Foi atendendo a esse conjunto de elementos que o Ibsp e em sua continuidade o Iseb elaboraram um projeto em que o sentido socialista do modelo utópico inicial foi substituído, pelo menos para a corrente fase histórica, por uma proposta nacional-desenvolvimentista. Propunham um nacionalismo mobilizador que, ao mesmo tempo, dinamizasse os interesses dos setores progressistas e os conduzisse a certas concessões recíprocas, em benefício de sua aliança sociopolítica e, em última instância, do conjunto do país. Esse nacionalismo, por outro lado, era deliberada e conscientemente autonomizante, relativamente ao imperialismo e ao capital estrangeiro, embora racional e funcionalista, visando a resultados concretos e eficientes. Seu projeto final era o desenvolvimento integrado do país, dentro das possibilidades existentes nas condições da sociedade brasileira e do mundo, naquela época.

O projeto nacional-desenvolvimentista teve enorme êxito histórico, embora nem se o possa considerar como obra exclusiva, ou mesmo predominante, do Iseb e embora tenha sofrido substancial interrupção com a crise do populismo e o regime instaurado em 1964.

A esse respeito importa considerar, quanto ao primeiro ponto, o fato de que os intelectuais do Ibsp e do Iseb, embora de uma forma original, se limitaram a observar a realidade do país, como efetivamente se apresentava, e a dar melhor formulação a interesses e aspirações que já caracterizavam os setores progressistas do Brasil de após Segunda Guerra Mundial, tal como os exprimia a aliança

PSD-PTB. Quanto ao segundo ponto, que se terá a oportunidade de melhor ventilar na subsequente seção deste estudo, é necessário ter em conta o fato de que o nacional-desenvolvimentismo era o único projeto realisticamente possível, para os setores progressistas do Brasil, no período em apreço e que o malogro do populismo, nos anos 1963-1964, não decorreu de vícios inerentes a tal projeto, por inconsistência analítica, mas de circunstâncias que dizem respeito, precisamente, ao insuficiente grau que se logrou atingir na mobilização nacional-desenvolvimentista do país. Esta foi, em parte, a razão pela qual o último Iseb se afastou de sua proposta inicial, centrada na atuação e na liderança da burguesia nacional. Já então descrente desta, buscou no radicalismo populista — com implícito retorno a certos elementos do modelo utópico inicial — uma nova base socioideológica para o esforço de desenvolvimento nacional.

3. Reapreciação crítica

A crítica do Iseb

A importância histórica do Iseb, como um centro de reformulação da teoria e da prática das ciências sociais, no Brasil, e como um movimento mobilizador do projeto nacional-desenvolvimentista, é algo geralmente reconhecido pelos estudiosos, inclusive os hostis às posições do Instituto. A constatação da relevância do Iseb, ademais, foi rapidamente feita pelos contemporâneos, que desde cedo tomaram partido a favor ou contra o Instituto, de acordo com seus interesses de classe e sua posição ideológica.

Não obstante as controvérsias que suscitou e continua a provocar, o Iseb ainda não foi, a meu ver, objeto de apropriada crítica. Como frequentemente ocorre, em tais casos, tem havido muito debate polêmico e poucos esforços de efetiva interpretação do sentido e da obra do Instituto. Os melhores estudos contemporâneos do Instituto, participando das mesmas vivências e do mesmo contexto, como nas penetrantes críticas de Frank Bonilla (*A national ideology for development: Brasil*, p. 232-264. In: SILVERT, Kalman H. (edit.), *Expectant peoples*. New York: Random House, 1963) e Michel Debrun (*Nationalisme et politique du développement au Brésil*. In: *Sociologie du travail*, p. 235-254, nº 3, 1964 e p. 351-380, nº 4, 1964), careciam, entretanto, de maior distância para avaliar o alcance das formulações do Iseb. Por outro lado, quase todos os atuais estudos sobre o Iseb — com a importante exceção de Luiz Carlos Bresser Pereira, a quem se fará referência em momento posterior — têm sido empreendidos por uma nova geração de intelectuais, geralmente como teses de doutoramento, aos quais escapa, ao contrário, um suficiente entendimento das condições brasileiras de fins da década de 1940 a princípios de 1960. Estes críticos são conduzidos, sem se dar conta, a uma polêmica geracional condicionada pela postura do jovem

acadêmico — que recebeu uma educação especializada da qual pode viver, como um profissional das ciências sociais — contra os intelectuais da geração precedente, cuja educação e postura universalistas — impondo-lhes uma dicotomia entre sua vocação intelectual e o exercício de uma profissão liberal ou do serviço público — os fazem aparecer, aos olhos da nova geração, como teóricos amadores ou, se têm ideias conflitantes, como meros ideólogos — naquele sentido de Aron segundo o qual “ideologia é a ideia do meu adversário”. Tal é o caso de Caio Navarro de Toledo (ISEB: *Fábrica de ideologias*. São Paulo: Edit. Mica, 1977) e de Maria Sylvania Carvalho Franco (*Ideologias e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Cedec: Paz e Terra, 1978).

Uma genuína reapreciação crítica do Iseb e do movimento de ideias que o precedeu contaria, atualmente, com a vantagem inerente, de um modo geral, a uma suficiente distância no tempo. No caso particular em exame, essa vantagem se torna decisivamente relevante pelo fato de se haver cumprido, praticamente, um ciclo completo no processo de reação às posições sociopolíticas sustentadas pelo Iseb. À crise do populismo, dos anos 1962 a 1964 — e dissolução do Iseb, nesse último ano —, se segue um regime militar autoritário de direita, que atinge sua culminância com o governo Médici e entra por sua vez em crise, a partir de 1973, encontrando-se, presentemente, em pleno processo de mudança.

Intentarei, a seguir, uma breve reapreciação crítica das teses centrais do Iseb, precedentemente referidas neste estudo. Esta reapreciação tem, como observei de início, o sentido de um depoimento, em virtude de minha ativa participação na formulação dessas teses. Mas a reapreciação dessas ideias, 20 anos depois, quando tantas coisas aconteceram no país, no mundo e no curso de minha própria evolução intelectual, me conduz necessariamente a uma postura crítica. Sobretudo no sentido de introduzir importantes qualificações a muitas das posições do Iseb e retificações a algumas outras.

A teoria social

Uma das características do movimento de ideias que conduziu à constituição do Iseb foi a tendência a se deslocar de um plano de alta teorização ao da práxis política. A fase da 5ª *Página* foi exclusivamente teórica, preocupada com os problemas do conhecimento particularmente no plano das ciências sociais e com a interpretação sociocultural do nosso tempo e do Brasil. A fase de Itatiaia mantém essa preocupação, mas a ela incorpora a análise dos problemas estruturais do Brasil. O Ibesp e a primeira fase do Iseb já tratam dos problemas teóricos das ciências sociais e dos problemas gerais do nosso tempo como pressupostos introdutórios ao estudo da problemática brasileira. A segunda fase do Iseb abandona as cogitações teórico-metodológicas, para se concentrar, mais desagregadamente, nas questões brasileiras. A última fase do Iseb é exclusivamente militante, dedicada a uma reformulação radical-populista do projeto

nacional-desenvolvimentista e ao seu ativo proselitismo.

Continuo, atualmente, favorável aos esforços tendentes a conjugar a reflexão teórica com as proposições práticas. Outra não foi, para citar o exemplo mais ilustre, a atuação de Marx, durante toda a sua vida. Importa, entretanto, para que essa dialética entre o logos e a práxis produza seus bons resultados, que o esforço de teorização, embora constantemente enriquecido e retificado pelas experiências da prática, oriente a esta. No caso do Iseb a reflexão teórica não foi suficientemente desenvolvida, mesmo na primeira fase do Instituto, ante as prementes demandas de equacionamento da problemática brasileira. O que é mais grave, entretanto, como o adverti, por ocasião da crise do Iseb, em fins de 1958, foi o crescente e finalmente completo abandono, posterior, das cogitações teóricas e da própria reflexão crítica, convertendo-se em doutrina dogmática formulações que exigiam contínua revisão e se fazendo do último Iseb uma espécie de seita político-ideológica.

É de lastimar-se, assim, que não tenham tido continuidade as reflexões epistemológicas e metodológicas da 5ª Página, notadamente as iniciadas por Oscar Lorenzo Fernandez. Mas é sobretudo de lastimar-se que os estudos sobre teoria social e toda a problemática de supração do paradigma positivista — particularmente no que tange ao método interpretativo, em ciências sociais — e de concepção materialista da história — particularmente no que se refere ao intercondicionamento circular dos subsistemas sociais — não tenham sido prosseguidos pelo Iseb.

Uma reapreciação crítica dos intentos de superação do positivismo e do materialismo histórico, pelo Iseb e pelo movimento de ideias que o precedeu, se defronta, assim, com dupla insuficiência decorrente do fato de que o material publicado é pouco abundante, frequentemente disperso como cogitação introdutória a outros trabalhos e de que os estudos sobre o assunto foram interrompidos pelos membros do Iseb antes que chegassem a dar-lhes uma clara e abrangente formulação. Por outro lado, as contribuições mais importantes sobre essa temática, dadas por Guerreiro Ramos e por mim mesmo, foram, sobretudo, posteriores à fase do primeiro Iseb, quando ambos já nos havíamos afastado do Instituto, ou posteriores, mesmo, a sua extinção. Mencionarei, entre esses trabalhos mais recentes de Guerreiro Ramos, *Mito e verdade da revolução brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar, 1963) e, de minha autoria, *Political development* (New York: Harper & Row, 1973), notadamente a primeira parte desse livro, cuja versão em português, sob o título *Sociedade, mudança e política*, foi publicada em 1975 (São Paulo: Edit. Perspectiva).

No período em discussão, entretanto, tive a oportunidade de publicar alguma coisa sobre o tema em *Cadernos de Nosso Tempo* e Guerreiro Ramos em sua importante obra *A redução sociológica* (Rio de Janeiro: Iseb, 1953). A linha central desse pensamento continua a me parecer correta. A perspectiva positivista em

ciências sociais, atualmente representada, sobretudo, pelo funcionalismo, conduz à coisificação do fato social, ignora, com propensão conservadora, o conteúdo valorativo e coercitivo da ordenação social e postula uma transposição mecânica para as ciências sociais da metodologia das ciências da natureza, enquanto o objeto daquelas, a interação humana, sempre carregado de sentido, requer para seu estudo o emprego do método interpretativo. Por outro lado, o materialismo histórico, postulando o caráter inerentemente superestrutural da cultura, relativamente às forças e aos modos de produção, ignora o intercondicionamento circular dos subsistemas sociais, reduzindo o todo a uma de suas partes. As limitações e distorções do materialismo histórico são particularmente graves, por isso mesmo, no estudo dos fenômenos culturais, como a religião ou a arte.

A principal restrição que faria hoje a essa linha de pensamento, além de deplorar que não tenha sido suficientemente desenvolvida, se refere ao universo de informações em que se situava. Obra de juventude, tinha, como é frequente no caso, aspirações excessivamente superiores a sua base de conhecimentos. Essa base era particularmente deficiente com relação ao pensamento de Marx e à teoria marxista. Ademais das lacunas de sua informação pessoal os autores partilhavam, com os demais intelectuais brasileiros da época, uma visão do marxismo restrita às divulgações de inspiração trotskysta (como me ocorreu em minha juventude quando participei da Vanguarda Socialista, sob a direção de Mario Pedrosa) ou stalinista. Nem se conheciam os textos filosóficos de Marx, nem as contribuições de Gramsci, de Korsch, ou da escola de Frankfurt e seus continuadores, para mencionar apenas algumas das correntes do marxismo crítico que hoje me parecem tão relevantes.

Teoria da ideologia

A contribuição do Iseb para a formulação de uma teoria da ideologia é bastante mais ampla do que os aportes do Instituto ao estudo da teoria social. A propensão do Iseb e do movimento de ideias que o precedeu a se deslocar da cogitação filosófico-sociológica para a práxis política fez da reflexão crítica sobre a ideologia um momento prévio e um necessário pressuposto teórico de seu intento de formular uma proposta ideológica para o país.

Já se encontra um início dessa reflexão em trabalhos da 5ª Página (*Meditações preliminares sobre o poder*, de Oscar Lorenzo Fernandez, e *Considerações sobre o Fascismo*, de Helio Jaguaribe) e em diversos artigos e ensaios de *Cadernos de Nosso Tempo*. Mas será, principalmente, na primeira fase do Iseb que se darão os mais importantes aportes a essa temática, quer tratada isoladamente, quer como introdução teórica aos primeiros intentos de formulação do projeto nacional-desenvolvimentista.

Entre esses trabalhos se destacam, de Guerreiro Ramos, *Ideologia e segurança nacional* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958) e *Condições sociais do poder nacional* (Rio de

Janeiro: Iseb, 1957). O mesmo autor produziria, depois de se afastar do Iseb, uma importante contribuição adicional: *O problema nacional do Brasil* (Rio de Janeiro: Edit. Saga, 1960), *A crise do poder nacional* (Rio de Janeiro: Zahar, 1961) e *Mito e verdade da revolução brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar, 1963). Nelson Werneck Sodré, dentro de sua própria linha, contribuiu com diversos estudos: *As classes sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Iseb, 1957), *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (Rio de Janeiro: Iseb, 1960) e *A ideologia do nacionalismo* (Rio de Janeiro: Iseb, 1961). A Álvaro Vieira Pinto se deve o importante estudo, em dois volumes, *Consciência e realidade nacional* (Rio de Janeiro: Iseb, 1960). A Cândido Mendes, *Nacionalismo e desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Ibea, 1963). A Roland Corbisier, *Formação e problemas da cultura brasileira* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958). Minha contribuição a essa temática foi dada, nesse período, em *Condições institucionais do desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958) e, sobretudo, em *O nacionalismo na atualidade brasileira* (Rio de Janeiro: Iseb, 1958). Foi bem mais tarde, no entanto, que logrei elaborar uma teoria geral dos modelos políticos, cuja formulação inicial se encontra em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972) e a versão acabada em *Political development* (op. cit.). Na fase do Iseb, entretanto, o mais importante estudo sobre o assunto foi o de Michel Debrun, *Ideologia e realidade* (Rio de Janeiro: Iseb, 1959).

a teoria da ideologia do Iseb se baseia em Mannheim, com algumas modificações. Ideologia, em sentido lato, é tudo o que implica um significado valorativo e, portanto, tudo o que se refere à interação humana.

Como já foi precedentemente indicado, a teoria da ideologia do Iseb se baseia em Mannheim, com algumas modificações. Ideologia, em sentido lato, é tudo o que implica um significado valorativo e, portanto, tudo o que se refere à interação humana. Em sentido mais restrito, que foi o referido por Marx em *A ideologia alemã* e outros escritos, ideologia é a falsa consciência, que racionaliza interesses de classe sem se dar conta de seu procedimento. Freud estenderia posteriormente essa problemática à relação entre o Ego, o Id e o Superego. Essa questão, como é sabida, dará margem a numerosas e complexas interpretações, de Gramsci a Lukacs, a Marcuse e a Habermas, passando por Wilhelm Reich. Habermas observará, corretamente, a diferença entre interesses restritos de classe e de grupo e interesses gerais da espécie humana. Se é certo que em alguma medida toda teorização implica em uma racionalização de interesses — o que conduzirá Marcuse à denúncia da tecnologia científica como ideologia das classes conservadoras — é igualmente certo que há interesses que são comuns à espécie e que as teorizações neles baseadas não implicam em ideologias, mas, ao contrário, permitem genuíno conhecimento científico.

Uma terceira acepção de ideologia é a que se refere a projetos sociopolíticos

expressamente formulados a partir dos interesses situacionais de uma classe ou setor de classe determinados, mas aptos, dentro de dadas condições histórico-sociais, a mobilizar, sem falsas racionalizações, o apoio de outras classes, ainda que dando um atendimento assimétrico aos vários interesses em jogo. Essa aceção de ideologia, derivada de Marx e cujos fundamentos imediatos se encontram em Mannheim e em suas concepções a respeito do planejamento democrático, foi desenvolvida pelo Iseb.

Sustenta o Iseb que nas sociedades de classe, que não as existentes, os interesses situacionais de certa classe ou setor de classe podem, em determinadas condições históricas, conduzir a um projeto sociopolítico que atenda, também, embora em menor grau, os interesses situacionais de outras classes ou setores de classe e seja, dentre os viáveis, o mais conveniente para o conjunto da sociedade. Em tais condições, o resultante projeto ideológico não implica em ideologia, no sentido da falsa consciência (salvo se pretender negar sua origem de classe ou seu caráter assimétrico), e sim naquele terceiro sentido, que é o de um representativo e autêntico projeto de classe para a organização geral da sociedade.

A afirmação de tal possibilidade — independentemente do conteúdo dos projetos de classe — não é, como tal, ideológica, senão no primeiro e mais genérico sentido do termo, em que é ideológico tudo o que é social. Essa teoria da “ideologia positiva” implica na afirmação de que são as condições estruturais e faseológicas de uma sociedade que determinam, num dado período, que classes ou setores de classes podem conduzir o processo de seu desenvolvimento e formular um projeto ideológico que não seja mera racionalização de um egoísmo de classe ou grupo, mas se revista de alguma validade geral, para outras classes e para o conjunto da sociedade. Significa isto, por outro lado, que não é verdade, como supõem as versões radicais de esquerda, que somente os movimentos revolucionários sejam capazes de encaminhar o desenvolvimento de uma sociedade de classes e que todos os reformismos sejam mistificações do proletariado. Há classes dirigentes que são meramente dominantes e se encontram em relação estruturalmente disfuncional para com suas massas e o conjunto do país. Em tais casos, o processo de desenvolvimento requer, de alguma forma, a superação do poder dessas classes. Em outros casos, uma classe dirigente pode apresentar apreciável margem de coincidência entre seus interesses situacionais e os do conjunto do país, hipótese em que, sem prejuízo de uma remanescente margem de inevitáveis elementos de conflito de classe, abrem-se em um nível mais amplo, condições para uma cooperação de classes, enquanto prevalecerem os grandes objetivos comuns.

Essa interessante teoria da ideologia foi equivocadamente confundida, por alguns críticos, como Caio Navarro de Toledo e Sylvia Carvalho Franco, com a proposta ideológica que, a partir dela, foi elaborada pelo próprio Iseb. São completamente distintos, entretanto, esses dois momentos da obra do Iseb.

Poder-se-ia dar, como a seguir se discutirá, que o projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb fosse destituído de validade, por falta, por exemplo, como alegará Fernando Henrique Cardoso, de uma verdadeira burguesia nacional. Supondo-se fosse correta esta alegação, ela em nada afetaria a teoria da ideologia do Iseb. Significaria apenas que, distintamente do pretendido, a burguesia nacional, por não ser verdadeiramente nacional e sim uma classe dependente da burguesia dos países centrais, não aderiria a um projeto nacional-desenvolvimentista, e sim a modelos restritos a seus interesses mais imediatos, inatrativos para as grandes massas e só imponíveis por via autoritária. Em tal caso o que estaria errado seria a análise da estrutura de classes e não a teoria da ideologia. Ao contrário, precisamente por essa teoria ser correta e porque, de acordo com ela, só classes cujos interesses situacionais coincidam suficientemente com os de outras classes e os interesses gerais do país podem propor um projeto social que mobilize ideologicamente setores de outras classes, é que, onde tais condições não se verificarem, como ocorre com as burguesias satélites, é nula sua capacidade de mobilização social.

A proposta nacional-desenvolvimentista

Como já mencionado neste estudo, a proposta nacional-desenvolvimentista foi, de todas as coisas empreendidas pelo Iseb, a que teve maior repercussão. Essa proposta e as atividades a ela conexas representam a dimensão especificamente ideológica da atuação do Iseb. Os trabalhos do Iseb sobre teoria social, sobre as características do nosso tempo e do Brasil e sobre a teoria da ideologia não são, como tal, ideológicos, no segundo e terceiro sentidos que distinguimos no conceito geral de ideologia. São ideológicos, sem dúvida, no primeiro e amplo sentido, em que é ideológico tudo o que lida com significações e, portanto, em última análise, tudo o que se refere à interação humana. Mas nesse sentido são igualmente ideológicos todos os estudos no âmbito das ciências sociais.

A partir de sua teoria da ideologia e da constatação do papel dirigente exercido pela burguesia nacional brasileira, desde a década de 1930, dentro de condições que continuavam sendo de transição de uma sociedade agrária a uma sociedade industrial, o Iseb esboçou as grandes linhas de uma proposta nacional-desenvolvimentista para o país. Essa proposta se dirigia à “burguesia nacional”, entendida como aquele setor de burguesia, principalmente composto pelo empresariado industrial brasileiro que, embora contando em seu meio com significativo contingente de imigrantes estrangeiros, ou de uma primeira geração de brasileiros ainda incompletamente aculturados, detinha o controle e a direção de empresas industriais, bem como de serviços técnicos, financeiros e comerciais vinculados à indústria nacional. Esse setor da burguesia se opunha a outro, tradicional, representativo das forças latifúndio-mercantis e orientado, por seus interesses e sua ideologia, à preservação da antiga sociedade primário-exportadora.

Esse mesmo setor, por outro lado, não era exclusivamente nacional. O parque industrial brasileiro, de 1930 a princípios da década de 1960, continha diversas e importantes empresas estrangeiras. As mais antigas, como no caso típico da Light, representavam formas de inversão de capital e tecnologia características do final do século XIX e princípios do século XX, da fase “financeira” do capitalismo internacional. As empresas estabelecidas mais recentemente, como seria, tipicamente, o caso da indústria automobilística, fundada no segundo governo Vargas, sob a direção de Lucio Meira, constituíam os primeiros espécimes no país das empresas multinacionais e, com elas, de uma nova etapa do capitalismo mundial orientado para a internacionalização do processo transformativo. A posição do capital estrangeiro no período em exame, no entanto, apesar da crescente importância que ia assumindo, conforme se acelerava o processo de industrialização, era, tanto em termos estatísticos como em termos de imagem pública, muito inferior a que presentemente ostenta e se achava claramente subordinada, econômica e politicamente, à direção da burguesia nacional.

Ademais de a burguesia nacional, a proposta nacional-desenvolvimentista do Iseb se dirigia aos setores progressistas da classe média e do proletariado. Na classe média, destinava-se a mobilizar o apoio dos novos setores técnicos e gerenciais que se iam formando com o processo de industrialização. Visava

a conscientizá-los da identidade básica de seus interesses com a transformação industrial do Brasil e a diferenciá-los, ideologicamente, dos setores clientelísticos compreendendo as formas cartoriais do serviço público, a pequena burguesia mercantil e os profissionais liberais vinculados a estes últimos setores. No proletariado, visava a mobilizar os trabalhadores industriais e seus sindicatos em apoio ao processo de industrialização, contra as resistências tradicionalistas dos setores clientelísticos: o campesinato dependente do coronelato rural e o baixo terciário urbano, sob o controle cartorial de forças conservadoras.

O êxito do projeto nacional-desenvolvimentista foi grande e prolongado. Superada a grave crise que conduziu ao suicídio do presidente Vargas — e que representou os últimos estertores da sociedade tradicional agrária — o país parecia haver ingressado, com a democracia populista, num irreversível processo cumulativo de desenvolvimento, que conduziria, com a industrialização e a modernização, a uma estável democracia social. Não é esta a oportunidade para uma análise das condições e dos fatores que produziram a crise do populismo e de seu projeto nacional-desenvolvimentista, em princípios da década de 1960. Mencione-se, apenas, que o êxito e o malogro desse processo, em que o

Como já mencionado neste estudo, a proposta nacional-desenvolvimentista foi, de todas as coisas empreendidas pelo Iseb, a que teve maior repercussão. Essa proposta e as atividades a ela conexas representam a dimensão especificamente ideológica da atuação do Iseb.

Iseb desempenhou importante papel, ultrapassaram, de muito, as possibilidades de intervenção de protagonistas isolados, notadamente no caso de um grupo de intelectuais que jamais se situou nos centros do poder e cuja atuação consistia em elevar o nível de conscientização do país.

A crítica do nacional-desenvolvimentismo

O malogro do projeto nacional-desenvolvimentista, em princípios dos anos 1960 e a subsequente instauração de um regime militar, autoritário e conservador, estreitamente vinculado às novas modalidades do capitalismo internacional e sua rede de multinacionais, levou diversos estudiosos a pôr em dúvida a procedência das análises do Iseb, notadamente no que se refere à burguesia nacional. Dentre os esforços de revisão crítica dessas teses do Iseb e de seu projeto nacional-desenvolvimentista parecem-me particularmente relevantes os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Carlos Bresser Pereira.

Os estudos de Fernando Henrique Cardoso sobre essa questão (*Dependência e desenvolvimento na América Latina* — com Enzo Falleto, Rio de Janeiro: Zahar, 1970 e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964) se situam na confluência de duas linhas. De um lado, se encontra sua contribuição à teoria da dependência, em colaboração

com Enzo Falleto. De outro lado, sua pesquisa sobre o empresariado industrial. Essas duas linhas confluem no sentido de levá-lo a negar a existência de uma burguesia nacional brasileira. País periférico, situado no âmbito da hegemonia americana e da preponderância econômico-cultural dos países centrais do sistema ocidental, o Brasil

O malogro do projeto nacional-desenvolvimentista, em princípios dos anos 1960 e a subsequente instauração de um regime militar, autoritário e conservador, estreitamente vinculado às novas modalidades do capitalismo internacional e sua rede de multinacionais, levou diversos estudiosos a pôr em dúvida a procedência das análises do Iseb, notadamente no que se refere à burguesia nacional.

desenvolveu, desde suas origens coloniais, uma relação de dependência para com os centros desse sistema. Essa dependência, resumindo a questão ao seu ponto essencial, conduziu o regime de intercâmbio desigual, durante a longa fase primário-exportadora do país. A crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial abrem um breve intervalo na coerência do sistema, permitindo um efêmero surto industrial autônomo no Brasil. Uma autonomia, assim mesmo, muito relativa, uma vez que jamais se interrompeu a dependência científico-tecnológica. Tão cedo, entretanto, o sistema ocidental se reequilibra, no curso da década de 1950, o Brasil passa, com crescente celeridade, a se reenquadrar nesse sistema, dentro de nova modalidade dependência, consistente na apropriação,

pelas multinacionais, dos principais setores da indústria de transformação e no controle tecnológico-financeiro da economia geral do país.

Nesse quadro, o empresariado nacional só opera como “nacional” para obter vantagens do Estado e melhorar sua posição de negociação com as multinacionais. Como o revelam os *surveys* de opinião e conduta do empresariado brasileiro, este se sente, basicamente, como partícipe menor do capitalismo internacional, ao qual está associado por seu interesse e sua ideologia e não aspira a outra coisa senão à segurança que lhe proporciona, técnica, financeira e até politicamente, sua associação com as grandes empresas internacionais, ainda que sob a forma de sócio minoritário. Em tais condições, o projeto nacional-desenvolvimentista teria sido, de um lado, uma ilusória aspiração da *intelligentsia* progressista e, de outro, uma tática — mais objetiva do que maquiavélica — da burguesia brasileira, quando ainda não dispunha, internamente, de condições hegemônicas para manipular a seu favor os setores progressistas da classe média e as massas trabalhadoras e emprestar legitimidade à utilização do Estado e do capital público para seus interesses privados.

As análises de Luiz Carlos Bresser Pereira (*Tecnoburocracia e contestação*. Petrópolis: Edit. Vozes, 1972; e *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1977), embora compatíveis com muitas das ideias de Fernando Henrique Cardoso, se distinguem das concepções deste por introduzirem o conceito, de inspiração galbraithiana, de tecnoburocracia. O desenvolvimento do capitalismo não leva, apenas, à internacionalização do processo transformativo, sob o controle das multinacionais. Leva também a modificações socioestruturais e à formação de um novo modo de produção e de uma nova classe: o modo tecnoburocrático de produção e a classe tecnoburocrática. O estrato dominante de uma sociedade moderna resulta da fusão da antiga burguesia empresarial — que conserva, de forma predominante, o controle acionário das empresas — com a nova classe tecnoburocrática, que detém posição privilegiada no controle técnico-gerencial das empresas e divide com a antiga burocracia o controle político dos empreendimentos.

Segundo Bresser Pereira, o Iseb representava uma primeira versão dessa classe tecnoburocrática, quando a burguesia ainda não tinha suficiente controle do Estado e necessitava da voluntária cooperação dos trabalhadores e de seus sindicatos. Fortalecidos o Estado e o aparato de segurança e seu controle pela burguesia, esta se desligou de seus iniciais compromissos nacionalistas e se inseriu no sistema do capitalismo internacional. Em lugar da tecnoburocracia nacionalista, de que era representativo o Iseb, surgiu outra tecnoburocracia, baseada no sistema de segurança e nas relações de dependência com a rede das multinacionais.

Uma discussão suficientemente abrangente das interessantes teses de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Carlos Bresser Pereira exigiria dimensões

muito superiores às compatíveis com o presente estudo. Estão em jogo complexas questões, como a da dependência; da relação entre burguesia brasileira, as demais classes sociais, o Estado e as burguesias cêntricas; da relação entre liderança de classe e consciência de classe; do papel da tecnoburocracia na sociedade contemporânea e tantas outras. Limitar-me-ei, por isso, a um breve comentário sobre dois pontos: o da relação entre dependência e burguesia, no Brasil, e o da distinção entre uma tecnoburocracia e uma *intelligentsia*.

Reapreciação do nacional-desenvolvimentismo

Não seria possível discutir, aqui, a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e as inferências que dela retira para a burguesia brasileira. Observarei, apenas, que minha principal objeção à formulação de Cardoso consiste em que seu entendimento da dependência é excessivamente externo, relativamente às sociedades dependentes. Somente nas formas extremas de coerção econômica ou militar o fenômeno da dependência pode ser compreendido, quase unicamente, em função da pressão externa. Nos casos de dependência consentida — dadas certas condições básicas de viabilidade nacional — o fenômeno decorre, sobretudo, dos valores e da conduta da elite do país dependente, notadamente das relações de classe nesse país e da forma pela qual se exerça a dominação da elite. Situadas ante o desafio de uma dominação externa, a elite prussiana, com Bismarck, e a japonesa, com a restauração Meiji, responderam pondo em prática, com êxito, o que poderíamos denominar de um projeto nacional-desenvolvimentista. Por que outras elites responderam, historicamente, se enquadrando na relação de dependência? Entram aí em jogo, ademais de valores, as relações de classe e à medida em que as elites dependentes, por sua baixa ou negativa funcionalidade, não logrem manter seu papel dirigente, e respectivas vantagens, sem o apoio das potências cêntricas.

No caso do Brasil, não pode haver nenhuma dúvida que se desenvolveu, no segundo terço do século XX, uma burguesia nacional, que teve autônoma — embora não exclusiva — iniciativa de industrializar o país e se sentiu, em determinado período, apta a liderar, num relacionamento aberto, as demais classes sociais. Cabe dizer das elites, entretanto, como da espécie canina, que oscilam da condição de cão à de chagal ou à de lobo, por mutuações condicionadas pelo meio ambiente. Uma burguesia nacional se converte em satélite quando encontra em tal via a condição de sobrevivência de seu status burguês e poderá se reconverter em nacional ou em imperialista se se modificarem as condições.

O *survey* de Cardoso a respeito da burguesia brasileira, realizado precisamente no auge da crise do populismo e do pânico da instauração no país de um radicalismo socializante, me parece inadequado para fundamentar as conclusões a que chegou. Desde logo, equivalente *surveys* poderiam revelar a completa falta de consciência de classe por parte do operariado ou da classe média, no

Brasil, sem que isto indicasse a inexistência dessas classes. Nada é mais complexo, como Marx ou Lukacs o salientaram, do que mobilizar a consciência de classe e converter uma classe coerentemente em sujeito de um projeto coletivo representativo de seus interesses. A pesquisa de Cardoso, por outro lado, se realizou quando havia desaparecido, precisamente, uma consciente liderança na burguesia nacional e esta se achava atrelada, ideologicamente, às formulações de seus setores mais reacionários. A mesma pesquisa, na época em que Roberto Simonsen liderava a burguesia brasileira, ou mesmo na época de Ewaldo Lodi, conduziria a resultados completamente diferentes, como se pode ver pelos pronunciamentos, naquela época, da Fiesp e da CNI.

Não são menos interessantes as teses de Luiz Carlos Bresser sobre a tecnoburocracia e o modo tecnicoburocrático de produção. Uma vez mais, não é esta a oportunidade para uma discussão geral dessas teses, com as quais basicamente concordo. Importaria apenas, relativamente às questões em jogo, distinguir a *intelligentsia* da tecnoburocracia. Equivoca-se Bresser Pereira ao ver no Iseb uma primeira manifestação da emergência da tecnoburocracia. Estava, realmente, se formando no Brasil, na década de 1950, uma incipiente tecnoburocracia (ou tecnocracia), com o desenvolvimento e a estratificação da empresa pública (Petrobras, Vale do Rio Doce etc.), assim como com a tecnificação da empresa privada e a consolidação de altos dirigentes gerenciais e técnicos, desvinculados da propriedade acionária. Esse fenômeno, entretanto, não deve ser confundido com outro, que pode ocorrer paralelamente, que é o da formação de uma *intelligentsia*. Esta não consiste, apenas, na emergência, com certa coerência de ideias e, frequentemente, de capas geracionais, de grupos de intelectuais que exercem significativa influência pública. Todas as sociedades tendem a produzir intelectuais e alguns destes, individualmente ou em grupo, logram exercer certa influência pública. O Brasil, do Império à República Velha, teve influentes intelectuais, como José de Alencar, Machado de Assis, Afrânio Peixoto ou Gilberto Amado.

Uma *intelligentsia* se diferencia desses intelectuais pelo fato de não emergir mais de uma “*jeunesse dorée*”, nem depender mais do amável patrocínio de poderosos ilustrados, mas de constituir uma dimensão crítica da sociedade e de sua ordem vigente. Uma *intelligentsia* exprime, no plano das ideias e de propostas que ainda buscam se impor por intermédio da persuasão, um projeto de mudança social, contestatório da ordem vigente e de seus imediatos suportes sociais e representativo de forças emergentes.

O Iseb foi uma *intelligentsia* contestatária do Brasil primário-exportador e representativo de uma coligação de setores progressistas, orientados para o desenvolvimento econômico-social e a afirmação autonomizante do nacionalismo. Em condições algo semelhantes a Rússia gerou várias camadas e gerações de *intelligentsia*, a partir do último terço do século XIX, que se foram cada vez mais radicalizando, até as gerações de Plekhanov e de Lenin. Na Rússia, como

no Brasil, a *intelligentsia* acabou tendo êxito, mas, com ele, se autoextinguindo, sendo substituída por uma tecnoburocracia por ela gerada e em parte formada a partir de seus próprios quadros.

Intelligentsia e tecnoburocracias, entretanto, podem coexistir, em regime de tensão dialética, sempre que a sociedade civil logre manter-se aberta e preservar-se uma relativa autonomia em relação ao Estado. Na Rússia de Lenin, como no Brasil de após 1964, a *intelligentsia* desapareceu porque o Estado assumiu o completo controle da sociedade civil, sob a direção autoritária da tecnoburocracia.

O Iseb, como todas as intelligentsias, foi ao mesmo tempo um produto de sua época e um intento de reformulação crítica do status quo. Surgiu em atendimento a uma grande demanda cultural e social do Brasil de após a Segunda Guerra Mundial

Na média, entretanto, em que, no caso brasileiro, a sociedade civil está logrando recuperar crescentes parcelas de sua autonomia, relativamente ao Estado, e impondo uma reconversão da tecnoburocracia a uma função mais instrumental restabelecendo a soberania do cidadão, se estão criando, concomitantemente, condições que ensejam o reaparecimento de uma nova *intelligentsia*, representativa de uma contestação libertária e igualitária da ordem vigente.

Condições que ensejam o reaparecimento de uma nova *intelligentsia*, representativa de uma contestação libertária e igualitária da ordem vigente.

Conclusões

O Iseb, como todas as *intelligentsias*, foi ao mesmo tempo um produto de sua época e um intento de reformulação crítica do *status quo*. Surgiu em atendimento a uma grande demanda cultural e social do Brasil de após a Segunda Guerra Mundial: a demanda de elaborar novas categorias para compreender as profundas transformações ocorridas no mundo, com a crise que se instaura nos anos 1920 e desemboca na catástrofe do nazismo e da guerra; e a demanda de desenvolver e modernizar o país — subitamente consciente de sua condição subdesenvolvida e de suas urgentes necessidades de transformação econômica e social.

Esse processo de reformulação, no plano das ideias, da economia e das relações sociais, foi em parte exitoso e em parte frustrado. O país se renova profundamente, de fins da década de 1940 a princípios dos anos 1960. Mas não logra manter a continuidade do processo.

A primeira vaga de modernização do Brasil no curso do século XX fora sobretudo estética. O Movimento de 22 supera um academicismo obsoleto, que mantinha o país na atmosfera intelectual de fins do século XIX e o insere na contemporaneidade. Mas, apesar das incursões filosóficas de Amoroso Lima e da introdução da sociologia moderna, por Gilberto Freyre, o país ainda não acompanha o grande movimento de ideias de nosso tempo — que se origina,

sobretudo, na Alemanha da República de Weimar, até o nazismo — em parte por causa da lamentavelmente escassa difusão do idioma alemão na *intelligentsia* brasileira. Serão as repercussões desse movimento de ideias na filosofia da existência, na França e, antes disso, na Espanha de Ortega, que trarão ao Brasil, através do francês e, sobretudo, das traduções espanholas, parte desse extraordinário acervo intelectual, de que até hoje continua se alimentando o mundo.

Os intelectuais que iniciaram o movimento da *5ª Página* e o desenvolveram, até o Iseb, constituíram o grupo mais consciente dessas novas ideias e as difundiram ativamente no país, reoperando sobre elas com grande sentido de liberdade criativa.

Ademais de uma renovação intelectual, o Brasil experimenta, de fins da Segunda Guerra Mundial a princípios da década de 1960, uma extraordinária renovação econômica, social e política. Esse é o período da democracia populista e do nacionalismo desenvolvimentista, que o Iseb procura interpretar, formular e difundir. Chegou-se muito perto, com o governo Kubitschek, de um processo cumulativo e irreversível de desenvolvimento econômico e social. Teria sido possível, se houvessem prevalecido certas alternativas, consolidar esse processo e torná-lo realmente irreversível? Se, em vez da malograda presidência Quadros, tivesse havido uma presidência Lott? Se, no final do parlamentarismo, San Tiago Dantas tivesse logrado sua confirmação como primeiro-ministro? Se, finalmente, na própria presidência Goulart, tivesse prevalecido a linha da “esquerda positiva”, de San Tiago, contra a “esquerda negativa” de Brizola?

Esse tipo de questões, como é sabido, frequentemente não comporta resposta. A história nem depende, apenas, de grandes líderes e lúcidas decisões, nem é puramente explicável por condições de ordem estrutural. As condições estruturais geram propensões. As decisões humanas, dentro do quadro de possibilidades e tendências contidas em cada situação, determinam os eventos. No caso brasileiro, para o período em discussão, creio se possa dizer que as condições de ordem estrutural, no país e no mundo, tendiam muito mais a favorecer o rumo que as coisas efetivamente tomaram do que o da consolidação, cumulativa e irreversível, de um processo autônomo, genuinamente nacional, de desenvolvimento econômico e social.

Em última análise, creio que o ponto essencial consiste no fato de que a burguesia nacional, no Brasil da década de 1950, que foi o momento central do período, era um setor de classe incipiente, com confuso entendimento de seus interesses, fora do âmbito empresarial imediato. Não se trata de que tal setor não existisse, como bem observou Bresser Pereira, mas simplesmente de que não dispunha de suficiente consciência de classe para exercer o grande papel histórico que as circunstâncias lhe possibilitavam. A grande liderança industrial de Roberto Simonsen, a que Ewaldo Lodi deu prosseguimento em termos mais modestos, não encontrou, depois deste, nenhum continuador. Tal fato não foi

ocasional, mas constituiu, entre muitos outros, indício da falta de apropriada visão por parte da burguesia nacional. Por outro lado, se ocasionalmente tivesse surgido tal liderança, poder-se-ia ter dado a remobilização da classe e, com ela, uma redefinição dos rumos do país.

O Iseb, expressão, intérprete e um dos centros de orientação intelectual do processo a que venho de me referir, com ele se extinguiu. Seu importante papel histórico não é contestável. E o significado da obra e das atividades do Instituto, ainda hoje controvertido, também me parece se irá definir no sentido que procurei esboçar neste estudo. A grande questão pendente é a que se refere ao próprio processo de desenvolvimento do Brasil. No momento em que se esgota o ciclo do autoritarismo militar, instaurado em 1964, e das tendências conservadoras que através dele puderam se impor, que rumos pode tomar este país? Existirão, interna e externamente, condições que permitam, embora em diferentes termos, retomar o caminho de um desenvolvimento que seja nacionalmente autonomizante que conduza uma grande democracia social e política?

Essa questão, analogamente ao que ocorria com as perplexidades de fins da década de 1940, me parece exigir, entre muitas outras coisas, um novo grande esforço de análise e de reproposição de rumos. Encontro-me entre os que creem que a condição de dependência, para um país como o Brasil, não é insuperável e permite a conquista de margens muito apreciáveis de autonomia interna e externa. Encontro-me, igualmente, entre os que creem na possibilidade de um esclarecimento sobre o reformismo social, que incorpore as grandes massas a uma ampla e equânime participação na vida nacional, instaurando neste país uma grande democracia social e política. Tudo isso, entretanto, necessita, ao mesmo tempo, de um grande esforço reflexivo e de uma grande e continuada ação cívica.

§